

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Ata n.º 4
Sessão Extraordinária

Aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, por videoconferência, reuniu a Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas, em Sessão Extraordinária convocada pela sua Presidente, Soraia Almeida, com a seguinte Ordem do Dia:-----

1. Apreciar e votar, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2022, 2023, 2024 e 2025 para:-----
 - “Empreitada para Requalificação de Espaços Urbanos” e -----
 - “Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Públicos Ajardinados”;-----
2. Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião.-----

O Vogal Manuel Frederico (PS) cumprimenta todos os presentes e informa que a Presidente da Assembleia de Freguesia, Soraia de Almeida, não pode estar presente, pelo que será, por si, substituída e, dirigindo-se a todos os vogais, questiona se o PS pode indicar a pessoa que irá substituir o segundo-secretário. Após a concordância de todos os vogais da assembleia, o Vogal João Paulo Silva (PS) indica a Vogal Vanessa Diniz para fazer parte da mesa, como segunda-secretária. Posteriormente dá indicação que os microfones estarão desligados por questões técnicas, sendo que serão ligados sempre que for dada a palavra, e indicou ainda que as câmaras deverão estar ligadas.-----

Na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia, o Vogal Manuel Frederico (PS) informa que atendendo ao pedido de substituição da Presidente da Assembleia, Soraia de Almeida, foi convocada a Vogal Tatiana Penedo e a Vogal Catarina Lalanda, que não puderam comparecer, e, por fim, o Vogal Arsénio Lopes que está presente.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia passa à leitura da convocatória da sessão. Finda a leitura, dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas, que solicita uma alteração ao ponto 2 da ordem de trabalhos, indicando que há um lapso e, onde se lê “apreciar e votar a indicação de um representante” deve ler-se “apreciar a indicação de um representante”, sendo um lapso que deve ser corrigido.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) questiona a mesa relativamente à existência de substituições para além da bancada do PS, dado que o Vogal José Ferreira (CDS) não está presente e que se encontra a Vogal Ana Brinco.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia informa que no lugar do Vogal José Ferreira está a Vogal Cristina Brinco.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Cristina Brinco (CDS), a qual esclarece que foi ela a vogal eleita e que o Vogal José Ferreira apenas comparece quando é necessária a sua substituição.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Presidente da Mesa da Assembleia informa que vai proceder à alteração do ponto dois da ordem de trabalhos, conforme indicação da Presidente da Junta de Freguesia e dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.----

O Vogal Paulo Mourão (BE) refere que esta proposta de alteração à ordem de trabalhos é, para si, um pouco estranha, pode ser que tenha havido algumas alterações, mas tanto quanto se recorda, este representante junto da CPCJ, é um representante da Assembleia de Freguesia. Esta é a ideia que o mesmo tinha, acrescentando poder estar enganado, mas se não é a assembleia a decidir, se calhar, nem necessitaria de vir à reunião da assembleia.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Silvino Rodrigues.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS) cumprimenta todos os presentes e informa ser a primeira vez que está a participar numa assembleia neste registo e o que constava no e-mail da senhora Presidente da Assembleia era que o pedido de palavra era solicitado pelo chat, contudo, está a aperceber-se que não é pelo chat, mas sim pela mão levantada. Solicita que esta situação fosse esclarecida para não haver pessoas a pedir palavra pelo chat e outros a pedirem pela mão levantada, ressaltando ter de haver um único critério e uma única maneira de ser pedida a palavra.-----

De seguida, informa que a dúvida levantada pelo Vogal Paulo Mourão também é a sua dúvida. Leu atentamente a documentação que lhes foi enviada e, no e-mail que a CPCJ enviou à Junta de Freguesia diz que essa pessoa deve ser designada pela Assembleia de Freguesia, portanto, ou houve uma incorreção no texto redigido pela CPCJ, ou, há uma má interpretação por parte da Junta de Freguesia e é importante para que esta assembleia possa deliberar em consciência e de forma correta e legalmente, que essa situação que o Vogal Paulo Mourão colocou seja devidamente e cabalmente esclarecida.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia informa que a inscrição para pedir a palavra será feita exclusivamente através do chat e dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) cumprimenta todos os presentes e faz votos de rápida recuperação do secretário-geral da CDU que irá ser sujeito a uma intervenção cirúrgica no dia seguinte. Critica a falta de respeito da preparação das assembleias, pela disponibilização tardia e segmentada da documentação, considerando esta uma situação que envergonha todos, dado que as matérias em discussão requerem uma abordagem sistémica e como um todo. Considera também que é recorrente a alteração da ordem de trabalhos e que estas chamadas de atenção são feitas já há, pelo menos, 8 anos ao executivo que a Senhora Presidente da Junta lidera. Relativamente à matéria em discussão no ponto dois, considera que não existem dúvidas de que compete à Assembleia de Freguesia.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) cumprimenta todos os presentes e agradece as palavras proferidas pelo Vogal Carlos Diogo, referindo que o secretário-geral é líder do PCP e não da CDU. Quanto à alteração proposta pela Presidente da Junta de Freguesia relativa ao ponto dois, considera que não é perceptível o conteúdo da proposta dado não fazer sentido apreciar a designação do representante se não se irá votar.----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

O Vogal Pedro Rola (IL) cumprimenta todos os presentes e endereça votos de rápidas melhoras ao secretário-geral do PCP. Relativamente à alteração da ordem dos trabalhos, começa por dizer que quando leu a convocatória e, tendo em conta a pessoa que foi indicada, à qual reconhece que tem à partida um perfil adequado para as funções, nada o fez crer que a indicação desta representação fosse para a Assembleia de Freguesia e não para a Junta, porque o que deduziu é que era uma indicação, aliás com o vogal Filipe Borregana disse também, da Junta. No dia de hoje, ao pedir informação adicional para o ponto 1, recebeu uma informação adicional, ou seja, o email do pedido de indicação, no qual é claro e inclusive explana a lei onde está respaldado, que a indicação é a de um representante pela Assembleia de Freguesia, não de um vogal da Assembleia de Freguesia, mas de um cidadão eleitor. Assim sendo, considera que não é de bom tom o procedimento que o Executivo da Junta teve, dado que, em reunião da Junta, foi votada unanimemente a indicação de uma pessoa. Embora o email venha endereçado à Presidente do Executivo Paula Alves, devia ter sido direcionado para a Presidente da Assembleia de Freguesia a qual deveria ter colocado à discussão este ponto para a eleição do representante, sendo que o Executivo da Junta de Freguesia não tem aqui nenhuma intervenção. Na sequência da informação que recebeu, enquanto líder e único vogal da bancada da Iniciativa Liberal, fez uma proposta indicando outra pessoa. Terá pedido que esta proposta fosse distribuída por todas as bancadas, desconhecendo se efetivamente foi distribuída. Considera que esta é uma situação em que a Assembleia de Freguesia tem que designar uma pessoa para representar a Assembleia de Freguesia e não a Junta de Freguesia, não tendo o Partido Socialista a maioria na Assembleia de Freguesia nem sequer conjuntamente com acordo político que tem assinado com o Bloco de Esquerda. Considera, portanto, que esta situação não é normal nem aceitável.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia informa que levantou a documentação por volta das 15h30 do dia de hoje e desta não consta a proposta que o Vogal Pedro Rola diz ter apresentado.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas para prestar esclarecimentos.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas refere estar um pouco perplexa, dado que, embora existam vogais que estão pela primeira vez nesta Assembleia de Freguesia, a maior parte dos intervenientes já vem de outros mandatos. Assim, sendo a terceira vez que esta proposta vem à Assembleia de Freguesia e este foi sempre o procedimento relativo ao pedido da CPCJ e sempre foi considerado correto, não compreende porque agora os Vogais mudaram de opinião.-----

O procedimento foi sempre o mesmo, ou seja, a CPCJ pede um representante à Junta de Freguesia e a Junta de Freguesia apresenta à Assembleia de Freguesia a pessoa sugerida, sendo que a pessoa sugerida é uma pessoa que tem capacidades técnicas para o efeito e tem feito um acompanhamento direto. Questiona se existem dúvidas quanto à capacidade de intervenção da técnica eleita pela Junta de Freguesia para acompanhar a comissão alargada da CPCJ. A Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas questiona ainda os vogais se terão conhecimento das competências da comissão alargada da CPCJ. Reconhece e lamenta que tenha havido um lapso na proposta, mas que é preferível corrigi-lo a perpetuá-lo. Esta proposta é idêntica e exatamente nos mesmos termos das anteriores propostas, cabendo à Junta de Freguesia propor uma pessoa à Assembleia de Freguesia, sendo competência desta a designação do representante. Cabe à Assembleia de Freguesia aceitar a proposta de representante ou nomear outro cidadão ou cidadã que reúna outras condições. No entanto, considera que deve haver um conhecimento concreto do trabalho que é feito

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

na CPCJ. Nomeadamente, o Vogal Carlos Diogo tem um conhecimento muito concreto destes trabalhos e sabe perfeitamente o que se está a fazer, estamos a dar um trabalho que é um trabalho excecional a uma pessoa que tem capacidades técnicas para o fazer, articulando em rede a Junta de Freguesia com a CPCJ. No caso de existirem dúvidas sobre a interpretação legal, sugere a retirada da proposta e solicitar à CPCJ que indique em que termos deverá a proposta ser feita à Assembleia de Freguesia. No entanto, sugere que, aceitando a manutenção da proposta, no lugar de “eleição”, conste “nomeação” ou “designação”, que são as expressões mais corretas para o efeito.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas diz ainda ao Vogal Carlos Diogo que os documento nunca foram entregues fora dos prazos e lamenta essa observação, sendo que não pretende politizar esta questão relativa à proteção de crianças e jovens em risco na nossa freguesia, pautando-se antes por uma postura de transparência.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Silvino Rodrigues.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS) agradece a explicação dada pela Presidente da Junta de Freguesia e reitera a opinião de que a proposta não está bem pelo facto de o DL n.º 142/15 ter sido alterado, nomeadamente no artigo 15.º. No segundo ponto da proposta 18/2021 menciona “quatro cidadãos eleitores designados pela assembleia municipal, ou pelas assembleias municipais ou assembleias de freguesia, nos casos previstos, respetivamente, nas alíneas b) e a) do n.º 2 do artigo 15.º”. No entanto, o artigo 15.º, alínea a) e b) do n.º 2 diz “os municípios com maior número de habitantes quando se justifique mais de uma comissão de proteção com competência numa ou mais freguesias ou em municípios adjacentes, (no ponto b) com menor número de habitantes e quando se justifique comissões intermunicipais” e remete para a indicação das pessoas para fazerem parte dessa chamada composição da comissão alargada no artigo 17.º. Neste artigo 17.º, a senhora Presidente tem razão porque diz aqui “a comissão é composta por um representante do município, indicado pela Câmara Municipal”, leia-se “dos municípios indicar pelas câmaras municipais nos casos previstos... e das freguesias a indicar por estas” (e não da Assembleia de Freguesia). Ainda no artigo 17.º, ponto i), é dito que a assembleia municipal ou a assembleia de freguesia tem a capacidade para nomear 4 representantes desde que reúna um conjunto de condições. Considerando que esta tem de ser uma representação com dignidade que nos representa a todos, e considerando que no email, a CPCJ está a pedir um representante da Assembleia de Freguesia e não especificamente, da Junta de Freguesia, o Vogal Silvino Rodrigues considera que faria todo o sentido, concordando com a Presidente da Junta, retirar a proposta para que a mesma seja reformulada e clarificadas as questões com a CPCJ, dada a possibilidade de poder haver mais do que um representante na freguesia, seja pela via da Assembleia, seja pela via da Junta de Freguesia, voltando a submeter a proposta reformulada numa próxima assembleia.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) indica que pretende responder à senhora Presidente, referindo ser o mesmo de há oito anos atrás e, que, já há mais de duas décadas que intervém na área social. Perante a explicação feita pelo Vogal Silvino Rodrigues, este era aquele trabalho de casa que há oito anos vinha pedindo que fosse realizado e recordou uma célebre assembleia onde nos era trazido o relatório de contas, de contas simplificadas, quando nós já estávamos num regime completo. Sobre essa matéria ficou muito claro onde estavam as dúvidas e o engano. Referiu ainda que, há pouco, a sua observação inicial nem se referia tanto a este documento, que como já vimos, foi analisado à letra da lei e corretamente, portanto, quando se falava

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

para vir à assembleia de freguesia, são os quatro cidadãos e, sem dúvida, a senhora Presidente pode nomear o executivo porque tem essa possibilidade de poder nomear um elemento que o executivo assim o determine. Referiu não estar em causa a Vogal Ana Pacheco, dizendo mais uma vez e agora, publicamente, que louva o trabalho desempenhado pela mesma e reconhece que tem capacidades. De seguida, questionou a senhora Presidente se sabe quantas crianças da freguesia estão institucionalizadas neste momento e quantas crianças estão em casa sem irem à escola porque têm COVID ou porque estão confinadas porque estiveram com alguém que teve COVID, ou, deve lembrar que politicamente foi o PS que não votou na Assembleia Municipal uma proposta relativa a ajudar as pessoas que estão em casa em confinamento e que não sabem tratar, neste momento, do Serviço Nacional de Saúde atendendo a que, desde as linhas telefónicas, aos delegados de saúde, toda a gente está assoberbada de trabalho.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) considera que a bancada da CDU não está a politizar este assunto, não se opondo à nomeação de Ana Pacheco, considerando que é uma pessoa muito idónea para fazer parte da Comissão Alargada e reitera a necessidade de o documento ser reformulado e voltar à Assembleia de forma correta.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) considera que a Presidente da Junta de Freguesia exerce duas espécies de *bullying*, uma para com as pessoas que, por estarem em mandatos anteriores não devem discutir os assuntos e devem votar como antes fizeram, e outra para com as pessoas que estão pela primeira vez na Assembleia e que podem estar em desacordo, sendo que todos os presentes foram eleitos e têm o direito e o dever de discutir os assuntos propostos. Expressa também a sua concordância com o Vogal Silvino Rodrigues, relativamente ao adiamento da proposta, dadas as questões formais em causa. Sendo a nomeação da competência da Assembleia de Freguesia, deveria ser a bancada do PS a propor um nome e não a Junta de Freguesia, devendo ainda todas as bancadas ter a possibilidade de propor um nome. A Vogal Helena Coelho esclarece que quando foi feita a proposta de tirar o termo “votação”, era pelo facto de não ser possível realizar, em plataforma Zoom, uma eleição por escrutínio secreto (tal como o que consta do Regimento da Assembleia de Freguesia, no n.º 10 do artigo 16.º, quando em causa estejam juízos de valor sobre pessoas), deixando a votação para uma sessão presencial da Assembleia. Também considera ser necessário esclarecer com a CPCJ quem designa (se a Junta ou a Assembleia de Freguesia), quantas pessoas a designar e possibilitar a proposta de outras pessoas pelas diversas bancadas, pelo que concorda com a proposta de adiamento da discussão e votação deste ponto.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) considera como mais adequada a proposta do Vogal Silvino Rodrigues, de se averiguar a fundo a situação relativa à CPCJ. Informa que, às 16h30 de hoje, enviou duas propostas para o e-mail da Assembleia de Freguesia. Uma delas, propondo um nome que a bancada da IL gostaria de ver discutido, no âmbito da próxima vez que este assunto da CPCJ vier à Assembleia de Freguesia e uma outra, que deverá ser apresentada, na condição do ponto um da atual ordem de trabalhos vir, eventualmente, a ser aprovado. Portanto, gostaria que fossem tomadas em consideração essas duas propostas. Esta se, como já está a concordar e se todos os demais concordarem, ou a maioria concordar, a retirar este ponto, sendo que

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

o nome ficará para ser discutido numa próxima oportunidade. Quanto à outra proposta, gostaria que fosse considerada.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia esclarece que relativamente às propostas do Vogal Pedro Rola, não iria avançar com as mesmas atendendo a que às 15h30 de hoje, quando levantou a documentação que havia até essa hora, as mesmas não faziam parte dessa documentação.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) esclarece que uma das propostas tem a ver com este ponto dois que está a ser discutido e que se vier a ser retirado então não faz sentido.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----

O Vogal Luís Garcez (Chega) cumprimenta os presentes e menciona que considera que a Comissão Alargada é uma coisa demasiado importante, na qual também já participou, mas, como diz a Vogal Helena Coelho, é uma questão de formalismo e deve ser dada abertura às bancadas para poderem propor as pessoas que julgam estar em condições de assumir esse trabalho. Diz que não se opõe à pessoa que está a ser indicada, pois conhece algum do seu trabalho. O Chega também não se opõe à proposta feita pela Junta das pessoas que indica, pois são pessoas meritórias e têm acompanhado todos os processos. Mas, no entanto, aceita que haja a possibilidade de outras bancadas poderem apresentar os nomes e, nesses casos, a haver mais gente teria que ser naturalmente votado para ser a maioria dos votos para a pessoa escolhida para esta função, embora pessoalmente achar que está bem escolhida.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas reafirma que levantou a questão durante esta discussão e disse que, caso seja necessário o executivo retira a proposta para melhor avaliação da CPCJ. Portanto, existindo esta consensualidade, o executivo pede a retirada deste ponto da ordem de trabalhos. Deixa também uma informação acerca do funcionamento da CPCJ no concelho de Sintra, de que existem duas comissões de proteção de crianças e jovens. A CPCJ Sintra Oriental, que é aquela que nos diz diretamente respeito, não abrange só freguesia de Quéluz e Belas, mas também abrange muitas freguesias. Por isso é que a CPCJ veio pedir só um elemento. Porque, se a Assembleia de Freguesia Quéluz e Belas indica os quatro elementos, as outras ficam sem capacidade de intervenção, não sendo isso que a CPCJ pretende, nem sequer a lei permitirá porque de facto são muitas as freguesias e uniões de freguesias que fazem parte de cada uma das CPCJ, pelo que a Assembleia de Freguesia não pode indicar as quatro pessoas, como está previsto na lei. A Presidente da Junta de Freguesia acrescenta ainda, relativamente ao senhor Vogal Carlos Diogo, que também é a mesma pessoa, que também já a conhece. Pede desculpa ao Vogal José Borregana pelo lapso, se assim foi entendido, mas quanto à questão de politização desta questão, não se dirigiu à bancada da CDU ou outra bancada mas sim, exclusivamente, ao Vogal Carlos Diogo, porque sendo a mesma, também não pode continuar a admitir ou a aceitar ou a ficar calada quando o Vogal Carlos Diogo passa o tempo todo a dizer que fica envergonhado com a Junta de Freguesia, ou com o Presidente da Junta, quem ficou envergonhado foi a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia quando a Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco veio a esta Assembleia de Freguesia apresentar o trabalho feito pela Comissão e foi enxovalhada pela bancada do PSD. Tendo sido enxovalhada em plena Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas pela bancada do PSD, que lhe cortou até a palavra, inclusive, a

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Presidente da CPCJ recusou-se a voltar a esta Assembleia. Por fim, informa que retiram a proposta do executivo relativamente a este ponto.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia informa que, depois de ouvidas todas as bancadas, a sugestão é a da retirada do ponto dois da ordem de trabalhos e pergunta quem se opõe. Estando todos de acordo, o ponto dois é retirado da ordem de trabalhos para voltar a vir numa outra assembleia.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) pede a palavra para responder à Presidente da Junta, por considerar que é uma questão de carácter, que ultrapassa a discussão do ponto dois.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia considera que, embora perceba a questão do Vogal Carlos Diogo, o objetivo não é discutir questões pessoais e o assunto do ponto dois já foi debatido, pelo que é desnecessário continuar-se a debater sucessivamente esta questão nesta assembleia, dado que o ponto dois foi retirado da ordem de trabalhos e o Vogal Carlo Diogo terá novamente oportunidade de discutir este ponto numa próxima vez.-----

Atendendo à retirada do ponto dois, o Presidente da Mesa da Assembleia coloca a Ordem de Trabalhos à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. De seguida, passa à leitura do ponto um da mesma: “Apreciar e votar, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2022, 2023, 2024 e 2025 para: - “Empreitada para Requalificação de Espaços Urbanos” e – “Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Públicos Ajardinados” e dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) pede para fazer um ponto de ordem sobre a ordem de trabalhos que, julga que não foi aprovada, tendo apenas sido votada a retirada do ponto dois. Pretende ainda saber, antes de entrar no ponto da ordem de trabalhos, se existe alguém do público que se tenha inscrito e se existe alguma correspondência que tenha chegado à mesa da Assembleia e que deve ser lida nesta altura.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia esclarece não existe nenhuma inscrição do público, que não há nenhum expediente para ler e que procedeu-se à aprovação da ordem de trabalhos por unanimidade, a seguir a ter sido retirado o ponto dois.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) informa que o Vogal Carlos Diogo pediu a palavra para fazer a defesa da honra.-

O Vogal Pedro Rola (IL) afirma que o Vogal Carlos Diogo do PSD pediu a palavra no chat para defesa da honra e considera que, salvo melhor opinião, a mesa não tem alternativa a não ser dar-lhe a palavra, uma vez que estamos a falar da defesa da honra, que é uma figura que está consagrada no Regimento.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS) confirma que o Vogal Carlos Diogo pediu a palavra para defesa da honra antes de passarmos ao número um da ordem de trabalhos e, tal como disse o Vogal Pedro Rola, é uma obrigação da mesa aceitar a defesa da honra.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia afirma que não viu nada que desse origem à defesa da honra.-----

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS) afirma que o Presidente da Mesa da Assembleia não tem de interpretar se existe necessidade de defesa da honra, mas tem sim de aplicar o que está no Regimento da Assembleia de Freguesia.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) afirma que, sendo referente a um juízo de valor, quem saberá se se trata de uma questão de defesa da honra é o visado e não o Presidente da Mesa da Assembleia.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) dirige as primeiras palavras ao Presidente da Mesa da Assembleia que tendo pedido a palavra por questões de carácter, sem dúvida que era uma questão de defesa da honra, porque entende que a Presidente da Junta enxovalhou o próprio e todos os presentes ao negar as evidências da receção tardia dos documentos e não há como negar as evidências. Relativamente ao ponto dois, afirma que se estava a referir não a esta proposta, mas sim à proposta 24 de 2020. Relativamente à questão de defesa da honra, a Presidente da Junta teve o cuidado de dizer que não era para o Vogal Filipe Borregana nem para os vogais das outras bancadas, mas sim para o próprio. O Vogal Carlos Diogo afirma que tem sido um desgaste enorme, ao longo de oito anos assistir ao executivo a dizer permanentemente que está a procurar ajudar sempre, a colaborar, a fomentar, a promover o trabalho do executivo e muitas vezes até aceitando, mas depois na verdade não se aceitava coisa nenhuma, publicando isto com os custos do erário público. O Vogal Carlos Diogo afirma que tem estima pela Presidente da CPCJ, com a qual já debateu casos reais de crianças e jovens e diz-se incapaz, pela dignidade da pessoa humana e todos os valores por que é reconhecido por todos, de numa Assembleia ou em qualquer momento cortar a palavra a alguém. Pelo contrário, poderia ter pedido para os outros se calarem perante a importância da matéria que estaria em discussão. Considera que a Presidente da Junta interpreta as coisas à sua maneira, embora, desta vez, tenha ultrapassado tudo. Já por diversas vezes pediu e continua a pedir que não sejam colocadas em si palavras que não disse. E este tipo de abordagem da Presidente da Junta acontece porque há 8 anos que o Vogal Carlos Diogo chama a atenção de muita coisa, e não só ele próprio, mas também o Vogal Paulo que já não está presente e também o Vogal Marco Almeida. Mas, estas chamadas de atenção sempre foram feitas de uma forma construtiva.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia considera que é importante que todos possam usar da palavra em democracia e pede para que os intervenientes sejam mais sucintos para não se demorar demasiado e informa que vai ler novamente a ordem de trabalhos e vai colocar a mesma novamente à aprovação, dado ter havido alguma confusão e falta de entendimento.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia passa a ler: “Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1, do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 12º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convoco. Ex.ª para a sessão extraordinária desta Assembleia, a realizar no próximo dia 12/01/2022, pelas 21h00, por videoconferência, ao abrigo do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 91/2021, de 17 de dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1 - “Apreciar e votar, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2022, 2023, 2024 e 2025 para: - “Empreitada para

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Requalificação de Espaços Urbanos” e – “Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Públicos Ajudados”;

2 – Tratamento de assuntos de interesses da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião. Queluz e Belas, 6/01/2022.”

O Presidente da Mesa da Assembleia coloca a ordem de trabalhos à votação, a qual é aprovada por unanimidade. Não havendo inscrições, passa ao ponto número 1 da Ordem de “Apreciar e votar, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2022, 2023, 2024 e 2025 para: - “Empreitada para Requalificação de Espaços Urbanos” e – “Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Públicos Ajudados” e dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas afirma que, com a apresentação deste ponto um da ordem de trabalhos está a solicitar à Assembleia de Freguesia, entidade competente para se pronunciar, de modo a que permita que a Junta de Freguesia possa iniciar os procedimentos de concurso Público Internacional dos espaços verdes e para que o executivo possa também aproveitar esta autorização para ser adjudicada uma empreitada de funcionamento contíguo de manutenção do espaço público, a qual também já no passado assim solicitámos, não por prévia qualificação nem por convite, mas um concurso Público puro, ou seja, cumprindo todas as regras do Código da Contratação e que qualquer empresa possa concorrer livremente, para que também em termos de funcionamento da freguesia possa haver, tal como sucedeu no passado, uma estabilidade no procedimento e no recurso aos nossos fornecedores, de modo a que, em qualquer momento, existindo nos espaços públicos uma situação em que é necessária uma intervenção imediata, exista a possibilidade de, automaticamente, se recorrer a este procedimento e, de facto, poder ser resolvida de imediato ou o mais breve possível a situação, bem como permitir a requalificação de outros espaços, como a junta de freguesia já fez durante este mandato, nomeadamente na Idanha e também junto aos Fofos de Belas, a substituição de calçada antiga por pavê, portanto, é para este efeito que solicitam a autorização da assembleia. Agradece o pedido feito pela bancada da CDU, a qual solicitou alguma informação adicional. Neste sentido, o executivo procedeu ao envio de informação que foi aprovada no anterior executivo e anterior mandato dessa Assembleia de Freguesia, crendo que os vogais da CDU já lá estariam todos, mas, havendo vogais novos, estes não teriam conhecimento dessa aprovação, entendendo a Junta de Freguesia que seria correto dar mais essa informação porque informação a mais não faz mal a ninguém, antes pelo contrário. Dessa listagem consta já a metragem dos locais em causa, estando aí a informação que, achamos nós, corresponderá ao pedido formulado pela CDU e que muito agradecemos porque contributos positivos são sempre uma mais-valia para o conhecimento de todos. Neste sentido, a Junta de Freguesia pede à Assembleia de Freguesia, à semelhança do que já fez para os anteriores procedimentos até 99 mil euros, que permita à Junta iniciar os demais procedimentos, nomeadamente o Concurso Público Internacional, de forma que também a Junta tenha uma estabilidade no funcionamento dos espaços verdes e não existirem dúvidas na sua concretização e realização.

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Vogal Pedro Rola (IL) quis fazer uma pequena correção, a senhora Presidente do Executivo referiu que a bancada da CDU pediu informação, mas a bancada da Iniciativa Liberal também pediu informação, a qual foi recebida na manhã de hoje. Relativamente a este ponto refere que a Externalização de Serviços e o *Outsourcing* são recursos de gestão que têm por objetivo focar as empresas e as administrações centrais ou locais naquilo que é a sua atividade *core*, ou seja, no nosso caso a gestão da freguesia com a garantia de prestação aos nossos fregueses de serviços de qualidade e a custos controlados.-----

Assim, desde logo importa perceber e definir o que se entende como atividades *core* da gestão, e, por conseguinte, que serviços podem (leia-se devem) ser externalizados. Seguidamente é fundamental analisar numa ótica de custo-benefício os ganhos de eficiência bem como uma eventual redução de custo dos serviços prestados, libertando desta forma recursos financeiros para suprir outras carências.

No âmbito da externalização de um serviço é muito relevante que se contrate um serviço e não uma pessoa ou pessoas, pois esse é o erro mais comum e vulgar na gestão dos recursos humanos, e que tem sido repetidas vezes cometido pelo executivo desta união de freguesias. Por outro lado, a externalização de um serviço para que seja financeiramente eficiente deverá ter em conta os seguintes aspetos: Acompanhamento técnico e escrutínio de todas as faces do processo concursal; Acompanhamento da boa execução do contrato com a estrutura interna dedicada para o efeito e com a aferição permanente do cumprimento das metas estabelecidas; Redimensionamento e reorganização interna dos recursos humanos adstritos a este serviço, por forma a libertar recursos humanos e financeiros a par de uma adequação a novas funções, transferindo competências de execução para competências de controlo, eventualmente com a correspondente atualização de categorias profissionais;-----

Assim, e porque estamos na presença de uma proposta de externalização de um serviço com uma expressão financeira muito relevante (mais de 3 milhões de euros em 3 anos) e representando aos dias de hoje cerca de 40% da despesa anual consignada no orçamento da união de freguesias de Queluz e Belas, o que aliás ultrapassa o valor nesta rubrica para 2022 (928 mil euros), gostaríamos de colocar as seguintes questões ao executivo e, aqui, pedia a atenção da senhora Presidente:-----

1. Existe algum estudo que analise o custo-benefício desta decisão e que suporte o racional financeiro da mesma e/ou os ganhos de eficiência associados?-----
2. Qual o plano de acompanhamento da boa execução dos serviços contratualizados?-----
3. Qual a alteração estrutural (redimensionamento e reorganização) do quadro de pessoal dedicado a estas tarefas?-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Coelho.-----

A Vogal Helena Coelho (PSD) congratula-se por se estar a discutir este assunto, sabendo que está a ser feita esta discussão por ultrapassar os 99 mil euros anuais. Mas, ainda assim era esta discussão que a bancada do PSD pretendia quando votou contra na penúltima Assembleia de Freguesia e que pudessem estes encargos plurianuais ser discutidos, de forma casuística e, para cumprirmos o nosso papel enquanto fiscalizadores da atividade da Junta, de uma forma correta. Sendo isto um encargo específico, fizeram também chegar alguns pedidos à Assembleia de Freguesia, nomeadamente o caderno de encargos, não sabendo se já existe ou não. O recebimento da informação no dia de hoje é bastante em cima da hora, mas sendo uma assembleia extraordinária todos os prazos foram em cima da hora e compreende que não tenha sido possível enviar antes. De qualquer forma, estes documentos são importantes para poderem analisar e votar em consciência.

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Pretende saber se os procedimentos vão ser votados em separado e se já existem cadernos de encargos. Uma vez que um dos procedimentos tem início em janeiro e estando a falar de concursos públicos, não compreende muito bem como é possível lançar um concurso público, cumprindo todos os requisitos da lei, e este ter início ainda em janeiro. Embora um dos procedimentos tenha início em março, um destes tem início este mês de janeiro. Gostaria de saber se se está dentro de prazos e qual a razão destes inícios díspares. Por último, coloca a questão: sendo a delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra de 2019, foi à reunião do executivo de junta em 2020, gostaria de saber se este assunto está a ser analisado em 2022 porque ultrapassou um mandato ou já tinha ido no mandato passado a votação, e porque é que só se está a votar este assunto neste momento, em 2022, três anos volvidos sobre a delegação de competências da Câmara Municipal.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Silvino Rodrigues.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS) informa que vai dividir a sua intervenção em duas partes. Na primeira parte, quer apenas fazer uma pequena correção na intervenção da senhora Presidente da Junta, quando disse que a empreitada para a requalificação de espaços urbanos e zonas verdes era para adjudicar. Não é para adjudicar, mas sim para lançar concurso, portanto, há aqui uma grande diferença entre vir aqui à Assembleia pedir para aprovar o lançamento do procedimento e depois estar a dizer que vai adjudicar. É conveniente que isto fique escrito em ata para depois não haver dúvidas nenhuma que esta Assembleia assume que esta proposta que aqui está é para ser lançado o procedimento concursal, sendo que o primeiro, de empreitada de recuperação de espaços urbanos e zonas verdes é para um concurso público de fornecimento contínuo e o outro, de aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços públicos e ajardinados, pela sua dimensão, é um concurso internacional. Portanto, é isto que está aqui a ser discutido. Acrescenta ainda que relativamente a estes concursos, e se calhar já responde já à Vogal Helena Coelho, a delegação de competências é de 2020 e também já houve concursos em 2018 exatamente para estes serviços, sendo a última versão de 2020. O último concurso, exatamente igual, que aconteceu para estas duas finalidades foi em 2018 e com o período de tempo de 36 meses, exatamente como estes, sendo por isso que só agora é que podem vir estes procedimentos aqui à discussão. Portanto, não há aqui nenhum problema. O Vogal Silvino Rodrigues mostra-se muito surpreendido com a intervenção do Vogal Pedro Rola da Iniciativa Liberal, quando pede a avaliação da externalização dos serviços, pois não lhe parece que seja muito coordenado com as linhas mestras da Iniciativa Liberal, mas mais parecido com as linhas mestras do vogal Paulo Mourão do Bloco de Esquerda e também da CDU. No que lhe diz respeito, O Vogal Silvino Rodrigues é totalmente contra a internalização destes serviços numa junta de freguesia, pois iria ter que colocar mais pessoal, assumir mais encargos, sendo que não faz sentido absolutamente nenhum é e por isso que concorda perfeitamente. Aliás, as boas práticas da prestação de serviços à população assim o indicam em todo o território nacional e no estrangeiro.-----

O Vogal José Borregana (CDU) pede um momento para esclarecer que as caretas que estava a fazer não eram dirigidas ao Vogal Silvino Rodrigues, justificando que apenas não está habituado ao Big Brother.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal António Caxaria (PSD).-----

O Vogal António Caxaria (PSD) cumprimenta todos os presentes e refere que relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, gostaria de perguntar à senhora Presidente o seguinte: tem uma empreitada para

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

requalificação de espaços urbanos e zonas verdes que terá de ser feita através de um concurso público a lançar, mas a data de início é de janeiro de 2022. Como os concursos normalmente demoram mais do que um mês, questiona se este início está certo ou se precisa de ser alterado. Outra questão tem a ver com o outro procedimento, cuja abertura seria em abril de 2022, se é possível que haja tempo suficiente para abrir o concurso e fechar o concurso da aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços públicos ajardinados. Gostaria ainda de perguntar se a data continua a ser janeiro de 2022 e, no caso de ser esta data, porque razão é que é em janeiro e não é, por exemplo, março ou abril.-----

Uma última questão tem a ver com o modo como a votação destes dois concurso é feita, se em simultâneo ou em separado.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Vogal Helena Freitas.-----

A Vogal Helena Freitas (CDU) informa que a bancada da CDU enviou um pedido esclarecimentos, uma vez que aquilo que lhes foi enviado, à semelhança de alguns anos anteriores, foi a proposta que foi feita para o executivo votar e, portanto, que foi votada por unanimidade pelo executivo. No entanto, o que a bancada da CDU contava era ter uma proposta dirigida à Assembleia de Freguesia e não a proposta que foi já votada no executivo. Juntamente com esta proposta, a bancada da CDU solicitou também as informações que a Presidente da Junta já falou, ou seja, o número de metros quadrados de intervenção e quais os passos concretos, mas questionaram também relativamente aos serviços concretos que irão ser prestados, tanto na questão da manutenção como nesta questão da empreitada para requalificação. A bancada da CDU considera que, nesta questão da empreitada da requalificação de espaços urbanos e zonas verdes, se existe já um projeto que esteja já pensado para ser executado, o mesmo deveria também ter vindo nesta proposta. A bancada da CDU considera que esta proposta vem um bocadinho desfalcada de conteúdo porque está a ser apreciada. Temos acesso a quais são os passos concretos, sendo que no e-mail, é indicado que são todos os que estão protocolados com a Câmara, à exceção de um que terá sido com a associação da Serra da Silveira, mas, uma vez que não vem escrito, o que se pretendia era que viesse de facto uma proposta completa com os elementos todos que a bancada da CDU solicitou com todos os serviços concretos a serem prestados por cada um destes serviços a serem contratualizados. Diz ainda que a bancada da CDU não tem nenhum problema com a assunção destes contratados plurianuais e é óbvio que, para a manutenção dos espaços verdes e calçadas não poderemos estar todos os anos a fazer votações para a realização de novos contratos.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) tece uma pequena consideração sobre aquilo que o Vogal Silvino Rodrigues acabou de dizer. Para a Iniciativa Liberal, nem tudo o que é privado é bom e nem tudo o que é público é mau. Há normalmente um grande engano e uma grande confusão em relação àquilo que a Iniciativa Liberal pensa e defende e, portanto, só queria esclarecer isto. Externalizar é uma coisa que faz sentido, é uma ferramenta de gestão, mas faz sentido avaliar se vale a pena externalizar ou não. E mais, se se externaliza um serviço que se presta internamente e não se reduzem os recursos financeiros e humanos que estão adstritos a esse serviço, então não se ganha nada com o negócio e, no final, não vale a pena só externalizar para dar dinheiro a ganhar alguém privado que vai fazer o serviço. É preciso reduzir a dimensão da estrutura pública ou pelo menos redimensioná-la, ou afetar os recursos a outras atividades. Portanto, não é taxativo que a Iniciativa

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

Liberal, por defender a liberdade de escolha e a liberdade do prestador, seja ele qual for, aqui neste caso tenha que defender a externalização. Apenas gostariam de ver a fundamentação dessa externalização. Pode o Vogal Silvino Rodrigues ficar descansado que verá como é que a Iniciativa Liberal vai votar no final e não vai ficar espantado. Espantado fica o próprio com as votações que o CDS tem nesta Assembleia de Freguesia.

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Luís Garcez.-----

O Vogal Luís Garcez (Chega) refere que, embora grande parte das questões já tenham sido colocadas, apresenta ainda dúvidas. Sendo o contrato feito por um prazo de 36 meses, porque é pedida uma autorização para quatro anos. A necessidade do completamento da informação pedido pela Vogal Helena Freitas da CDU é muito pertinente, pois existem valores que não sabemos a que dizem respeito, pelo que seria bom haver essa apreciação. A fiscalização dos trabalhos é um fator muito importante e que considera que não tem sido feito por não ser hábito, mas que pelas experiências que se vão tendo, reitera essa necessidade por parte da bancada do CHEGA, dado que até como freguês, verifica deslocações de verbas muito altas e significativas que são propostas para este tipo de trabalhos, os quais são muito importantes para a imagem e para o bem-estar das pessoas que cá vivem. Apoia, portanto, a iniciativa de ser nomeado alguém da própria Junta para fazer essa fiscalização e verificar se o trabalho é efetivamente feito.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas agradece as intervenções que foram feitas. Dirigindo-se ao Vogal Pedro Rola, afirma que não se está a falar de negócios, mas sim de contratação pública pura e dura, ou seja, a Junta de Freguesia de Quéluz e Belas, tal como as restantes cerca de 3600 freguesias do país, bem como os municípios, têm que se regular por uma legislação específica que é o Código da Contratação Pública e, portanto, é no âmbito do Código de Contratação Pública que todos os procedimentos decorrem. Não há aqui situações de externalização porque a Junta de Freguesia não tem recursos ou meios financeiros para o efeito. O senhor vogal conhecerá a área da freguesia, desta como de outras do concelho de Sintra. Não estamos a falar de uma freguesia rural, como muitas existem ao longo do país, mas estamos a falar de freguesias que têm uma dimensão relativamente grande, com uma população também muito densa, e não é possível ter uma ou duas pessoas na freguesia a fazer trabalhos de calçada, como é óbvio. Portanto, a contratação pública é muito objetiva, havendo procedimentos próprios e o procedimento começa com a abertura do procedimento concursal, que ocorrerá na sequência da aprovação desta proposta que o executivo traz à Assembleia de Freguesia. A Junta está no cumprimento de uma delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra para a Junta de Freguesia e é com base nisso que fornece informação aos demais vogais da Assembleia de Freguesia que não estiveram no anterior mandato, aquando da aprovação da delegação de competências para a Junta de Freguesia, para verificarem tudo o que foi transferido em termos de competências para a Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia não tem recursos humanos para executar estes trabalhos, tendo, assim que recorrer ao regime da contratação pública. Estes valores são elevados, tendo em conta as áreas que a freguesia tem neste momento sob sua gestão por delegação de competência da Câmara Municipal de Sintra. Por este motivo, a Junta de Freguesia tem que seguir um regime próprio e específico. A Junta de Freguesia não pode decidir criar uma comissão para fiscalizar ou pedir a uma entidade exterior fiscalizar. Há concursos públicos. Aliás, no caso dos espaços verdes, o concurso público é um concurso público internacional que é sujeito ao visto do Tribunal de Contas. Quem melhor que o Tribunal de Contas para fiscalizar um procedimento que tem que seguir regras específicas e

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

não pode sair delas? E, por isso, não há aqui outro tipo de publicidade ou negociações o que quer que seja. Dirigindo-se à Vogal Helena Coelho que falou na questão da proposta dos compromissos plurianuais aprovadas em 2019/2020 que foi aprovada anteriormente tinha um determinado montante, mas estes dois concursos ou procedimentos ultrapassam esses montantes. Portanto, tem que ser um outro pedido de autorização específico para eles e por isso vem aqui desta forma. A Junta de Freguesia não pode entregar documentos, para já, porque ainda não estão preparados ou estarão a ser preparados, mas precisam primeiro, caso a Assembleia de Freguesia aprove esta proposta, eles seguirão. Mas, a Junta de Freguesia está a tratar de um procedimento específico em termos de contratação pública e ninguém pode ter acesso. É claro que o executivo aprova o caderno de encargos para o mandar, depois publicar, mas não o pode divulgar. Como saberá muito bem, por estar ligada a empresas, haveria alguém que teria um conhecimento privilegiado e estar-se-ia a violar as regras da concorrência e, portanto, por lei está-nos vedado. Quando o caderno de encargos for publicitado com a publicação no Diário da República, bem como no portal Base.Gov e acinGov, certamente que toda e qualquer pessoa pode ter acesso. E quando o processo seguir dentro das plataformas próprias, só terá acesso a toda a informação quem estiver no processo: o júri que foi constituído e as empresas que se candidatarem. Nem o próprio executivo tem acesso. Só virá ao executivo no momento certo para aprovação, adjudicação ou devido a qualquer outra situação que as empresas levantem, porque nem a própria Junta irá ter acesso a essa informação. Só quem vai fazer parte do júri é que tem direito a isso e depois vir a elaborar um relatório e apresentar a este órgão executivo. É deste modo que funciona a contratação pública e, portanto, não está em votação a proposta 24, ela serviu foi para melhor esclarecimento dos vogais porque é ela a substância de o executivo trazer aqui esta proposta, porque sem essa delegação de competências da Câmara, as juntas estariam a cometer um ato ilegal. A proposta 24 foi aprovada em 2020 pela Assembleia de Freguesia. A Câmara Municipal de Sintra procedeu aos ajustamentos com as Juntas de Freguesia relativamente às verbas a transferir. Foi à Assembleia de Freguesia, como terá obrigatoriamente que ser quando vier uma nova proposta, se ela vier, mas é esta que está em vigor neste momento.-----

Dirigindo-se ao Vogal Silvino Rodrigues, concorda que o que está em causa, neste momento, é apenas o início do procedimento e não a adjudicação. O lançamento destes dois procedimentos só podia ser feito após a aprovação desta proposta e após a aprovação do orçamento da Junta de Freguesia. E, também por não se conhecer o resultado eleitoral, não iríamos assumir e deixar alguém onerado com o procedimento. Daí vir tudo neste momento.-----

Dirigindo-se ao Vogal António Caxaria, explica que a proposta é única, porque são procedimentos que ultrapassam o valor de 99 mil euros. A Assembleia de Freguesia pode entender deliberar de forma separada, mas a proposta é única, não havendo, por parte da Junta de Freguesia qualquer problema, uma vez que os procedimentos vão ser todos vão ser feitos em separado.-----

Dirigindo-se à Vogal Helena Freitas, informa que, relativamente ao procedimento do espaço público, os critérios técnicos terão que ser feitos no concurso e no caderno de encargos. Não é possível definir projetos específicos dado que se algum acontecimento inesperado acontecer, não é possível, a priori definir as condições de execução específicas e tem de haver quem faça a reparação no imediato, no local. À partida, é difícil dizer especificamente onde se vai gastar o dinheiro. Pode acontecer, como aconteceu, ter sido preparado um projeto para a requalificação do espaço na Idanha, mas foi no âmbito deste procedimento e é

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

transparente o que foi feito. No entanto, tudo isto é feito à medida das necessidades. Existem locais que precisam de uma grande intervenção, mas isso requer uma grande articulação com a Câmara, relativamente às empreitadas. Existem empreitadas em que a Câmara executa uma parte e a Junta faz o restante. Daí, ser difícil no espaço público haver projetos específicos para o efeito.-----

Dirigindo-se ao Vogal Luís Garcez, que levantou a questão de a proposta ser para os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025, informa que temos a expectativa de que o procedimento vai decorrer durante alguns meses e, que, só após o visto do Tribunal de Contas é que começa a produzir efeitos, pelo que é normal que, decorrendo estes meses ainda venha a apanhar alguns meses de 2025, pelo que é necessário ter essa previsão já feita, como precaução, caso contrário não iria ser aprovado pelo Tribunal de Contas. Quanto à questão da fiscalização, o Vogal Luís Garcez não deu casos concretos de situações de que diz que há muitas verbas, um valor exorbitante de verbas, não esclareceu quais eram as situações e, assim, não é possível responder-lhe, porque pode ter sido algo que possa não ter sido feito pelos serviços da Junta e, portanto, essa verba não saiu do orçamento da Junta e terá sido outras entidades. Mas, sem saber a que situações em concreto é que se refere não lhe posso responder diretamente, pois não se sabe qual é o espaço de que está a falar. Mas, há intervenções no espaço público que são feitas pela Junta e outros que são feitas pela Câmara, ou até por outras entidades, que vêm até danificar a calçada e demoram meses para proceder ao seu arranjo, mas que é responsabilidade deles e, muitas vezes, a Junta de Freguesia já se tem substituído e comunicado à Câmara para depois ser ressarcida dessa verba. Relativamente à questão da fiscalização, há um controle porque o procedimento concursal vai dizer e vai estabelecer regras de fiscalização e, nomeadamente, como sucede em qualquer outro procedimento, vai estabelecer multas contratuais para quem não der cumprimento aos prazos ou não proceda em conformidade à obra. Em termos de executivo, existe um vogal que acompanha diretamente a execução das obras e, portanto, é ele o fiscal da obra, tal como poderá ser a própria, se passar pelo local e vir algo que não está em conformidade com aquilo que foi aprovado. Não sabe se aquelas situações a que se refere dizem respeito à Junta de Freguesia, pois até podem não dizer respeito à Junta de Freguesia. Mas, sem dados concretos também não é possível prestar-lhe essa informação.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) reafirma o cumprimento a todos os presentes, que havia deixado no “bate-papo”. Começa por dizer que, na realidade, estes procedimentos concursais que são necessários fazer justificam-se a partir da altura em que a Câmara Municipal de Sintra fez a delegação de competências na Junta, e diz que bem porque a Junta está mais próxima da realidade, e, portanto, na altura não haveria com certeza pessoal na junta com condições para executar todo este grupo de trabalhos. Portanto, gostaria de focar dois aspetos. Em primeiro, aquilo que a bancada do BE foca sempre que é a questão da transparência e depois voltar a falar na questão da fiscalização. É evidente, na questão deste processo concursal, isto tem algumas limitações, pois é tratado nas plataformas. Mas, é evidente que depois há um júri que é composto na Junta de Freguesia e que emite depois o seu relatório em função das várias propostas que apareçam. A partir dessa altura esta decisão é pública e, portanto, pode ser escrutinada, deve ser informada a qualquer cidadão, particularmente, por maioria de razão à Assembleia de Freguesia que tem a função de fiscalização do executivo. E existe até depois um período também de reclamação sobre os concorrentes. Portanto, há aqui uma situação até à adjudicação final da obra e dos trabalhos, existe um período em que é possível o

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

acesso a todos os documentos públicos do concurso. Portanto, neste aspeto é possível escrutinar a questão da transparência. No que diz respeito à fiscalização, existe de facto uma dificuldade que o Bloco de Esquerda apontou aquando da discussão do quadro de pessoal da Junta, que é, não existem técnicos habilitados e em condições nesse quadro pessoal para permitir o acompanhamento da obra. Não basta dizer que é vogal, e aqui falando por experiência própria por ter estado no executivo anterior, na realidade há limitações e é frágil ser só o vogal. O vogal tem muita coisa para fazer e não pode fazer o acompanhamento de obra como deve. O Bloco de Esquerda chamou à atenção, que no quadro de pessoal deveriam existir assistentes técnicos nesta área de atividade e até mesmo técnicos superiores, como foi posto à consideração. O Vogal Paulo Mourão chama à atenção e pede ao executivo e, depois à Assembleia que até costuma aprovar este quadro pessoal de pessoal por unanimidade e até a CDU vota a favor, ver se é possível enquadrar técnicos que permitam acompanhamento destas empreitadas que tem uma dimensão já com algum valor, que ajudem. Isto não é tirar valor nem deixar de reconhecer o esforço e a boa vontade dos vogais, mas de facto tem que haver técnicos dentro da Junta, que neste momento não existem, com qualificação, para acompanhar uma empreitada destas. Portanto, vamos ver se conseguimos corrigir isso e a partir daqui penso que as coisas vão correr bem, sem deixar de chamar a atenção para a obrigação e a necessidade de duas coisas: o papel fiscalizador e de escrutínio que a Assembleia tem que ter e a necessidade de transparência de todas estas atividades. Isto é um ponto muito importante para todos. Não se está a pôr em causa que não tenha havido transparência. Está-se a dizer é que é preciso reconhecer que as coisas têm que ser claras, têm que ser públicas, têm que ser transparentes e tem que haver fiscalização. É evidente que em função disto, a bancada do Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente, porque a Junta tem que funcionar e é necessário ter os espaços verdes e o espaço público em condições. E, portanto, nesse aspeto não há dúvida nenhuma que isto vai seguir as regras da contratação pública e vamos é tentar acompanhar como é possível e esta Assembleia está com vontade disso.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Silvino Rodrigues.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS) agradece a intervenção do Vogal Paulo Mourão porque, de uma forma muito tranquila e com conhecimento técnico que advém da sua profissão, explicou muito bem esta Assembleia todos os passos e procedimentos sequenciais para o lançamento dos concursos para a sua adjudicação, para a sua execução e também para a sua fiscalização. Obviamente, depois podemos discutir se externalizamos a fiscalização ou se é por meios próprios e aí, depois a Iniciativa Liberal também participará nesse debate, com certeza. Agradece, assim, a sua exposição que foi muito útil. Em relação à questão da Iniciativa Liberal, o Vogal Pedro Rola sabe que tem uma estima muito grande por si e aprecia algumas das propostas da Iniciativa Liberal, mas, sendo de partidos diferentes, o pensamento também é de forma diferente e ainda bem. Portanto é natural que nós possamos votar de forma diferente em algumas situações e não tem nada que se espantar com as votações do CDS. Porque o CDS já está aqui nesta Assembleia de Freguesia desde 2001, há quase vinte e dois anos. O CDS vota sempre de forma consciente, de acordo com as próprias ideias, ao encontro do próprio programa que apresenta eleitoralmente, e sempre com o intuito de melhorar quer a nossa freguesia quer a qualidade de vida da nossa população. E, portanto, é desta forma que o CDS sabe estar na política e quer estar dessa forma. Sobre este ponto, diz o seguinte: “A apresentação desta proposta para que a Assembleia da Freguesia aprecie e vote a autorização prévia para assunção destes compromissos plurianuais merece-nos os seguintes comentários: 1º - Tal como dissemos na sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia, realizada em 9 de novembro, a apresentação desta proposta vem confirmar que

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

ninguém passou um cheque em branco ao executivo da Junta, porque cabe sempre aos membros desta Assembleia de Freguesia apreciar e autorizar ou não os investimentos plurianuais que consideramos que devem ser feitos na nossa freguesia; 2º - Verifica-se também que os valores aqui propostos para os preços base dos concursos são superiores aos valores dos últimos concursos realizados em 2018, o que reflete não só o aumento dos custos associados à realização destes trabalhos, mas também, pensamos nós, a intenção de melhorar os serviços prestados e, aqui, não posso deixar de realçar a importância das propostas que ao abrigo do estatuto do direito de oposição, a Coligação Vamos Curar Sintra, neste caso apresentadas pelo CDS/PP propuseram e foram aceites pelos executivos da Junta, para um aumento dos valores destinados às empreitadas de conservação e recuperação dos espaços públicos e outras conservações e manutenções de vias e calçadas da freguesia que estavam inicialmente previstos para o orçamento de 2022. Todos poderiam tê-lo feito, mas, fomos nós, Coligação Vamos Curar Sintra, os únicos a fazê-lo; 3º - Nas eleições autárquicas, nós assumimos um compromisso com a população da nossa freguesia de implementar as nossas ideias e o nosso programa eleitoral. Um desses compromissos é precisamente o de melhorar a qualidade do espaço público, nomeadamente, das calçadas, dos passeios, dos arruamentos e dos espaços verdes e ajardinados. Na Coligação Vamos Curar Sintra, e mais precisamente no CDS/PP, nós não nos ficamos pelas meras palavras. Por isso, tomámos a iniciativa de, atempadamente, promover o aumento das verbas disponíveis para essas atividades, assim como também garantimos que estaremos atentos à execução, quer do orçamento, quer da realização das ações necessárias para melhorar o espaço público da nossa freguesia. A apresentação desta proposta, para que a Assembleia de Freguesia aprecie e vote a autorização prévia para assunção destes compromissos plurianuais, é mais um passo para que seja possível a materialização de um compromisso eleitoral que nós, Coligação Vamos Curar Sintra, assumimos com a população da nossa freguesia nas últimas eleições autárquicas. Por esse motivo, a bancada do CDS/PP votará favoravelmente esta proposta.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Carlos Diogo.-----

O Vogal Carlos Diogo (PSD) refere que o que a bancada do PSD tem vindo, efetivamente, ao longo dos anos a solicitar é os pressupostos relativamente às propostas. É sabido que vai haver um concurso público e há timings para lançar os cadernos de encargos e deverão ser lançados ao mesmo tempo para todos os possíveis candidatos. Mas, não é isso que se pedia aqui. Pedia-se aqui um cabal esclarecimento a esta assembleia. Estamos a falar de metros quadrados, de custos, e esses custos estão devidamente identificados. Relembra a senhora Presidente, que já, salvo erro, em 2018 que o senhor Vogal Hugo Frederico, trouxe exatamente os pressupostos que levavam a que a assembleia autorizasse determinados montantes. A questão da internalização ou externalização, obviamente que é uma questão política, é uma questão que tem a ver com a análise que cada partido, de cada executivo, seja camarário, seja de freguesia, decide e propõe à assembleia e cabe à assembleia decidir. Mas, também, como disse e muito bem o Vogal Pedro e o Vogal Paulo Mourão, também a questão que não é menos importante que é sem dúvida a fiscalização. Fiscalização não é mais do que procurar trazer medidas de melhoria contínua ao desempenho dos serviços. Essas medidas passam também não só pela verificação do trabalho final, mas perceber de que forma é que o trabalho está a ser desenvolvido, de que forma é que aquelas pessoas que estão a desenvolver o trabalho estão a ser protegidas ou não, de que forma é que se pode melhorar também a condição de vida desses prestadores de serviço. Portanto, tudo isto é uma abordagem muito mais ampla do que por vezes pode ficar aqui muito reduzido e dá a impressão, a todos os que estamos aqui presentes, que

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

temos massa crítica e podemos todos nós acrescentar valor e não sermos entendidos e interpretados como obstaculizar a atividade do executivo. Não é nada disso que é pretendido. Considera que todas as participações aqui dos vogais são extremamente importantes e o vogal do Chega também já trouxe aqui algum *aport* e é assim é que devemos estar. Portanto, sinceramente, gostaria de ouvir e é desta forma exatamente que, com uma participação democrática de todos, que a senhora Presidente também ficará mais contente desta participação e que sendo tão poucas as assembleias, que se calhar a nossa União de Freguesias, pela sua dimensão populacional, merecia o respeito de serem feitas muito mais reflexões, muito mais assembleias, porque há aqui efetivamente muita matéria para debater.-----

Não havendo mais vogais inscritos, o Presidente da Mesa da Assembleia passa à votação do ponto 1 da Ordem de Trabalhos “Apreciar e votar, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2021, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2022, 2023, 2024 e 2025, para:-----
- “Empreitada para Requalificação de Espaços Urbanos” e -----
- Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Públicos Ajardinados”.-----

O Vogal Paulo Borges (1º Secretário) cumprimenta todos os presentes e informa que vai fazer a orientação e o sentido de voto desta assembleia e gostaria que, se houvesse alguma incorreção, atendendo que esta plataforma não nos é tão facilmente perceptível, que os presentes ajudassem nesse mesmo sentido de correção.-----

Votação: A favor 13 (PS – 8; CDS – 2; CH – 1; BE – 1; IL – 1); Abstenções 6 (PSD – 3; CDU – 3).-----

O ponto 1 da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia questiona se o Vogal Jorge José está presente, pelo que o Vogal Paulo Mourão esclarece que ele não conseguiu entrar por motivos de ordem técnica, pelo que não participou na discussão da Assembleia.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola para que este faça uma declaração de voto.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) passa à leitura da declaração de voto referente ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos, informando que irá enviar a mesma para os serviços para juntar à respetiva ata (em anexo à presente ata). Por fim, refere ser esta a proposta que não terá chegado em tempo útil, que era a criação, no caso deste ponto ser aprovado, de uma comissão de acompanhamento deste processo por parte desta Assembleia de Freguesia.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia informa que a CDU vai fazer chegar a declaração de voto à mesa. Não havendo mais nada a tratar acerca do ponto 1 da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia passa à leitura do ponto 2 “Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião”.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS) informa que o seu entendimento é que o Vogal Pedro Rola estaria a pôr uma proposta em cima da mesa para ser votada antes de se dar seguimento à assembleia.-----

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

O Vogal Pedro Rola (IL) informa que esta proposta é a que tinha enviado e que não terá chegado em tempo útil, mas que os serviços já a terão, e que se refere à criação da comissão de acompanhamento, passando a ler na íntegra: “Proposta de criação de uma Comissão de acompanhamento ao processo concursal e cumprimento contratual - No seguimento da apreciação e votação do Ponto 1 da ordem de trabalhos da reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia de 12/01/2022, se a mesma vier a ser aprovada, propomos: Apreciar e votar a criação de uma comissão de acompanhamento ao processo concursal, bem como ao posterior acompanhamento do cumprimento contratual no âmbito das competências desta Assembleia de Freguesia, definidas no capítulo IV do regimento atualmente em vigor, que é o capítulo que define a criação de comissões”.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia retifica que o que o Vogal Pedro Rola fez foi uma declaração de voto e não uma proposta à mesa.

O Vogal Pedro Rola (IL) informa que, se a Mesa decidir não aceitar a proposta, pode a mesma voltar a ser apresentada noutra assembleia. No entanto, considera que há uma questão de princípio que tem de ser esclarecida. Independentemente da hora a que recebe a documentação, não estão definidos os timings para apresentar propostas. Tendo estado presente na última Assembleia de Freguesia, verificou que o PCP (e não está em causa ser o PCP ou outra força política), apresentou propostas no próprio dia, as quais foram entregues a cada uma das bancadas, e este facto não parece estar mal.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia informa que no Regimento, o tempo para apresentação de propostas é de 24 horas de antecedência.

O Vogal Pedro Rola (IL) concorda que esta proposta que enviou por email chegou fora de prazo, mas isso também aconteceu com outras propostas anteriormente. Considera que o mais importante é discutir as propostas e não ficar agarrado aos *timings*, caso contrário, haverá muita coisa para conversar e não devia ser esse o caminho. De qualquer modo, não tem problema de apresentar a proposta mais tarde.

O Vogal Paulo Borges (1º Secretário) esclarece que o Vogal Pedro Rola se está a referir a moções da bancada da CDU, sendo completamente distinto de proposta de integração num ponto da ordem de trabalhos, que deveria ter sido solicitado previamente. Como não foi feito chegar em tempo útil, não podemos integrá-lo. A questão é incomparável, pedindo que o Vogal Pedro Rola compreenda isso e que, porventura, como sugeriu e muito bem, faça integrar isso numa próxima assembleia.

O Vogal Pedro Rola (IL) refere que a documentação que solicitou com alguns dias de antecedência lhe chegou apenas hoje de manhã e não foi com 24 horas de antecedência, documentação essa onde se percebeu, por exemplo que a pessoa indicar para a CPCJ não era pela Junta de Freguesia, mas sim pela Assembleia de Freguesia. Portanto, é preciso ter coerência com estas coisas. Não é ter uma medida de uma maneira e outra exatamente ao contrário de uma situação semelhante. Acredito que o facto de o PCP ter apresentado moções estar enquadrado com isto e não discute isso, porque não conhece em detalhe. Está apenas a dizer que há um rigor muito grande quando a gente não quer discutir as coisas e depois quando nos interessa já não há rigor nenhum e a informação é entregue 10 minutos antes. Afirma que lamenta, mas tem de dizer isto. Estamos a falar de uma freguesia com 40 mil pessoas.

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

O Vogal Paulo Borges (1º Secretário) refere que quer esclarecer tudo e que é importantíssimo nesta Assembleia toda a gente ficar esclarecida. O que está a ser dito ao Vogal Pedro Rola é que faça chegar atempadamente essa documentação, que certamente numa próxima Assembleia virá um ponto integrado na ordem de trabalhos e aí teremos oportunidade de discutir e de votar e considerar todas, independentemente do sentido político e de orientação política que se tenha. Está previsto haver um grupo de trabalho do Regimento e é essa uma boa oportunidade para melhorar.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao Vogal João Paulo Silva.-----

O Vogal João Paulo Silva (PS) cumprimenta os presentes e refere que pediu para intervir relativamente à proposta do Vogal Pedro Rola. Não questionando se a proposta poderá ser ou não aceite, há, contudo, uma situação a considerar. Esta é uma Assembleia Extraordinária que tem uma ordem de trabalhos bastante restrita. As propostas que a CDU apresentou, neste caso, foram no período antes da ordem do dia. Sendo que isto não está consignado no período da ordem do dia, à partida não terá qualquer cabimento. O Vogal Pedro Rola evocou uma declaração de voto e não propriamente uma proposta. Portanto, quis deixar este alerta e é evidente que qualquer tipo de proposta é sempre bem-vinda para que seja discutida.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia diz que este assunto já foi resolvido. No entanto, o Vogal João Paulo Silva considera que é uma opinião que cabe à bancada do PS dar.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Silvino Rodrigues.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS) refere que o Vogal João Paulo Silva mencionou algumas das coisas que o próprio queria dizer e, na verdade, até terá sido o próprio a causar todo este transtorno, pelo facto de a proposta da Iniciativa Liberal ser muito interessante, mas estando numa Assembleia Extraordinária não pode haver alteração aos pontos da ordem de trabalhos e o que aconteceu na última assembleia, era uma assembleia normal, e, portanto, poderiam ser apresentadas propostas, como foram e bem, da CDU e de outros partidos. Pede desculpa e acrescenta que considera a proposta da Iniciativa Liberal interessante, sendo necessário acautelar as questões de acompanhamento na fase processual do concurso porque há partes que são vedadas ao júri. Assim, disponibiliza-se para trocar ideias e apresentar uma proposta na próxima Assembleia.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) diz que pretende intervir por ter sido falado acerca das propostas da CDU e que todas as propostas são bem-vindas a esta Assembleia. Quis apenas lembrar que, de acordo com o Regimento, que é muito específico, e cita “nas sessões extraordinárias só poderá a assembleia deliberar sobre as matérias para que haja sido expressamente convocado”, ou seja, não dá azo a outras propostas. Considera que todas as propostas são bem-vindas, mas que o Regimento não permite que nestas assembleias extraordinárias se possa aumentar pontos à ordem de trabalhos.-----

Relativamente ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) gostaria de levantar aqui uma questão que é, de certa maneira formal e processual, mas que tem a ver com a realização das sessões da assembleia no regime de videoconferência. É

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

uma chamada de atenção, a bancada do BE enviou um e-mail ontem, às 14h33, o qual provavelmente ainda não terá chegado à mesa, mas passa a ler: “Excelentíssima Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Quéluz e Belas,-----

A bancada do Bloco de Esquerda vem por este meio manifestar o seu desagrado pela marcação da assembleia extraordinária para o dia 12 de janeiro, na modalidade de videoconferência. Numa altura em que tem havido alívio das medidas sanitárias, pensamos ser preferível outras soluções em formato presencial ou até misto, que permita maior debate e participação democrática dos membros da assembleia e do público e, entendemos que sobre este assunto, poderiam ter sido ouvidas antecipadamente as diferentes bancadas. Nos termos da legislação que permite a realização por meios de comunicação à distância não existe qualquer impedimento legal à realização presencial das reuniões dos órgãos das autarquias, desde que esteja sempre garantido o respeito pelas regras de distanciamento físico e as demais orientações da DGS. Parece sabido que felizmente existem locais, tanto em Quéluz como em Belas, com dimensões e condições para permitir as distâncias, as regras aconselhadas e a boa ventilação. Da nossa parte, temos chamado a atenção para a necessidade de assegurar e cumprir com as orientações da DGS, como fizemos na penúltima assembleia na sala multiusos Fernando Ribeiro Leitão, na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, em Quéluz, e temos até o hábito, na nossa bancada, de fazer testes antes das reuniões. Com elevada consideração e saudações democráticas, A bancada do Bloco de Esquerda, Jorge José e Paulo Mourão.” Este era um aspeto que a bancada queria levantar e pelos vistos não chegou ainda à mesa da Assembleia, mas há de chegar um dia destes. Depois queria referir também com alguma brevidade, o assunto que já é muito velho, mas que a bancada do BE tem que batalhar. Refere-se ao Bairro João da Nora. O problema do Bairro João da Nora é mais que conhecido, é mais que batido e não está resolvido. Esse é que é o problema. O Bairro João da Nora tem uma única entrada, não existe nenhuma saída e as pessoas quando têm que se deslocar para a zona da Agualva têm dificuldade e têm que andar a fazer um circuito de cerca de 3 km no sentido contrário. Os problemas deste bairro é que ele está isolado, pode haver necessidade de uma situação de uma emergência e é preciso resolver esta situação. Na zona norte do bairro existe um troço que está interrompido com pedras e, desde a Rua Primeiro de Maio até a Avenida Infante Dom Henrique, que é mais conhecida por nós, é um troço de arruamento que tem infraestruturas camarárias, esgotos, iluminação pública, lancis, passeios, mas que depois houve alguém que diz que aquilo era dele e pôs alguns pedregulhos que impedem a circulação por aí. É preciso que alguém ou a Câmara tome conta disto, nem que seja uma expropriação. É ceto que este assunto não é da responsabilidade da Junta, mas peço à Senhora Presidente, peço ao executivo, que volte a insistir junto da Câmara Municipal com os seus meios para podermos resolver este assunto na nossa freguesia. Outra possibilidade de aliviar um bocado aquele bairro, isto já na zona sul é fazer um prolongamento na Rua 25 de Abril até à rotunda que dá acesso à autoestrada A16 e que é conhecida por rotunda de Massamá. São cerca de 150 a 200 metros, que aliás é o mesmo tamanho do outro troço que está interrompido. São cerca de 150 a 200, mas aí teria que haver uma construção nova, enquanto na zona norte a situação seria unicamente retirar as pedras. Este bairro tem outros problemas graves, por exemplo, não há uma única sinalização, não existe em ruas que não têm saída sinalização de espécie alguma e, portanto, é preciso também tomar conta deste aspeto da sinalização rodoviária. Por último, como terceiro aspeto, gostaria de referir uma situação que foi posta já anteriormente, em assembleia anterior, e gostaria que a senhora Presidente pudesse esclarecer se relativamente àquela dificuldade que existe devido a mau estacionamento na zona de Belas, por cima do Jardim da Samaritana, se foi feita alguma diligência relativamente ao circuito das carreiras 130 e 131, porque pura e simplesmente, não fazem esse circuito

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

impossibilitando muitos fregueses e até crianças e jovens de poderem utilizar estas carreiras. Trata-se de uma situação que apanha a avenida da creche com a Avenida Padre Alberto Neto. Neste aspeto, gostaria que a senhora Presidente informasse se já fez alguma diligência. A bancada do BE já levantou esta questão anteriormente e se caso tenha havido alguma resposta da parte camarária, que pudesse informar a assembleia.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao Vogal Silvino Rodrigues.-----

O Vogal Silvino Rodrigues (CDS) refere que estamos no segundo ponto que trata de assuntos de interesse da freguesia relevantes e urgentes, desde que pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião. Ora, sucede que estamos a aproximar-nos da data das eleições legislativas, quer através da data da votação antecipada, quer da data da votação programada e, por isso, queria que a senhora Presidente nos explicasse que medidas estão a ser tomadas e as que vão ser implementadas pela Câmara Municipal de Sintra e pela Junta de Freguesia para garantir que os eleitores que estão confinados, infetados ou não infetados, possam exercer o seu direito de voto, mas também que medidas é que estão a ser tomadas e quais é que vão ser implementadas para garantir a segurança de saúde das mais de 200 pessoas que vão fazer parte das diversas mesas de voto na nossa freguesia. Gostaria, portanto, que fosse explicado qual é o ponto de situação, tendo em conta que nos estamos a aproximar muito depressa do dia das eleições. Não sabe o que o Governo está a decidir pois não se entendem, mas com o que se passa no nosso território, nós temos de resolver. Gostaria de saber quais são as medidas que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, ou as duas, em alternativa vão implementar.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) para completar o que o Vogal Silvino Rodrigues acaba de dizer e no qual a IL se revê inteiramente, tem indicação de que, no caso da terceira dose da vacinação, que é aconselhada às pessoas que vão estar na mesa de voto, vai ser necessária a apresentação da credencial da Câmara. Acontece que, em muitas freguesias do nosso concelho, as pessoas já receberam credencial. Nesta freguesia, tem 25 ou 26 pessoas na lista, mas não tem nenhuma que tenha recebido, tendo confirmado este facto com elas. Não tendo nenhuma delas recebido a credencial, isso impede que as pessoas possam receber a terceira dose.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Quéluz e Belas esclarece, relativamente às questões colocadas no ponto dois, pelo Vogal Paulo Mourão, que o Bairro João da Nora tem dois acessos. É uma questão que terá de ser objeto de reflexão entre duas freguesias ou entre duas uniões de freguesias. Relativamente à questão da Samaritana e o acesso à Rua 25 de Abril, é de facto uma questão muito delicada, porque a Junta de Freguesia tem vindo também a falar com a Câmara e estamos a tentar encontrar ali uma solução, que não seja só solução para essa dificuldade acrescida, que se deve também à falta de civismo e a falta de respeito e consideração dos cidadãos, porque de facto estacionarem um carro ali naquela zona, no eixo da via é uma falta de civismo, mas não é só isso que nos preocupa. Tem que ser enquadrado numa outra solução que terá a ver com uma readaptação daquela zona, nomeadamente criação de um acesso diferente para o estacionamento, alargamento do estacionamento, que permita requalificar aquela zona. Portanto, não

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

deixou de ser tido em conta, mas terá que ser objeto de um projeto e isso demora sempre algum tempo para a sua elaboração e implementação, acima de tudo. Mas, está na nossa preocupação colmatar essas duas dificuldades.-----

Relativamente às questões levantadas pelos vogais Silvino Rodrigues e Pedro Rola, não compreende porque não chegou ao conhecimento dos mesmos, uma vez que foi mandado para todos os representantes dos partidos políticos que estiveram envolvidos na discussão da preparação das mesas da Assembleia de Freguesia, o mail que veio do Ministério da Administração Interna, que nos foi remetido pela Câmara Municipal de Sintra, para que indicassem as pessoas que, no âmbito do processo eleitoral, necessitassem de levar reforço da vacina, para que a Junta remetesse essa informação à Câmara. Portanto, as pessoas que não tenham ainda as vacinas, as vacinas completas ou o reforço da vacina, vão ser abrangidas por essa situação. Aliás, esta Junta de Freguesia solicitou que também os próprios funcionários da Junta que estiverem nessas condições, nesta Junta como em todas as outras como é evidente, que eles também fossem abrangidos. Neste caso em concreto, a Junta de Freguesia de Queluz e Belas têm todos os funcionários possíveis envolvidos num ato eleitoral desde sempre e também é preciso acautelar que eles também possam exercer as suas funções nas devidas condições. Portanto, todos os representantes receberam essa informação. Não tenho conhecimento, neste momento de quem é que já respondeu ou não, mas a verdade é que têm essa faculdade à vossa disposição e, portanto, só se não tiverem pessoas que não necessitem desse apoio é uma coisa, se tiverem pessoas que não queiram ser vacinadas também é outra, mas se têm pessoas que estejam nesse regime e que possam ser abrangidas por esta faculdade, certamente já terão tido que as indicar. Este é um processo eleitoral que fica na responsabilidade da Câmara Municipal de Sintra, mas claro que as Juntas de Freguesia têm sempre colaborado com a Câmara Municipal de Sintra, no sentido de permitir que o processo eleitoral decorra com toda a normalidade, sem confrontos, sem conflitos, sem dificuldades nomeadamente agora acrescido com a pandemia, que tem obrigado a outros exercícios e nesse sentido Junta de freguesia Queluz e Belas tem envolvido todo o seu executivo e funcionários para criar formas acessíveis aos cidadãos para poderem exercer o seu direito de voto com toda a segurança e tranquilidade. Tem sido disponibilizado pela Câmara Municipal de Sintra, em todos os atos eleitorais, os respetivos meios, os desinfetantes álcool gel, máscaras e até viseiras, para quem necessite. E, portanto, todas as mesas, quando são constituídas são feitas de forma a criar um distanciamento exigível. Tudo tem decorrido com toda a normalidade como sempre, e nunca houve qualquer problema. E espera-se que assim continue a acontecer. Relativamente à questão do processo, a Presidente da Junta aproveita esta oportunidade para aqui dar mais algumas informações. Quanto à questão do voto em mobilidade, quem queira exercer o direito de voto por mobilidade entre os dias 16 a 20 de janeiro deve manifestar essa sua intenção junto do Ministério da Administração Interna através do meio que está disponível para todos para poder exercer o seu direito de voto no dia 23. Para garantir que o máximo de pessoas que queiram recorrer ao regime de mobilidade e possa também votar com toda a segurança, a Câmara Municipal de Sintra, contrariamente ao que aconteceu no passado que as pessoas tiveram que se deslocar a Sintra, procurou encontrar estabelecimentos escolares na área do concelho, onde nalguns casos como é o caso de Queluz e Belas e Massamá e Monte Abraão, abranger a cidade, tal como acontece na cidade do Cacém que vai ter uma escola a funcionar que, será a escola Miguel Torga, com mesas destinadas à população residente em Queluz e Belas e com mesas destinadas à população residente em Massamá e Monte Abraão. Terão acessos distintos, mas será nessa mesma escola que funcionarão as doze mesas. Serão 6 mesas para cada uma das uniões de

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

freguesias. Portanto, está a cautelar e está a levar mais próximo da população a possibilidade de a mesma se deslocar para exercer o seu direito de voto e está a criar mais mesas. Aliás, foi solicitado a todos os representantes que vieram à reunião para que indicassem também elementos para essas mesmas mesas de voto, que na altura eram 25 e agora já são 30 elementos, mas que já está resolvido, felizmente, porque este processo também demorou muito tempo para recebermos todos os vossos dados e elementos. Já está na posse da Câmara como as mesas são compostas. Relativamente ao voto antecipado, pode ser para duas situações distintas: para os presos e doentes internados, ou para quem esteja em confinamento obrigatório, também tenha que manifestar a sua vontade de exercer o seu direito de voto entre os dias 20 e 23, pode ser através do site do Ministério da Administração Interna, como pode ser na Junta de Freguesia. Portanto, se tiverem pessoas que conheçam que esteja nessas circunstâncias, elas podem dirigir-se às juntas de freguesia para manifestar o seu direito. Se estiverem em confinamento obrigatório, podem telefonar para a Junta de Freguesia ou mandar um e-mail, para que possam exercer o direito de voto. A Câmara Municipal irá às moradas respectivas para recolher os votos. Neste momento é aquilo que está a ser ultimado. Pode vir a haver outros ajustamentos. Tudo está dependente também daquelas decisões que vão ser tomadas a um nível superior, que não tem a ver com a Câmara nem com a Junta de Freguesia. A todo o momento, a situação está a ser atualizada e se for necessário fazer outro tipo de intervenções, serão feitas e aguarda-se que surjam novas medidas. Mas, todas as medidas que tivemos nas últimas eleições resultaram e não trouxeram nenhum problema nem nenhum inconveniente para qualquer cidadão que quisesse exercer o direito de voto. Por isso mesmo é que os nossos funcionários no dia 30, estarão todos lá a acompanhar o sufrágio nos respetivos locais de voto, porque queremos que tudo corra com toda a normalidade e sem qualquer constrangimento para ninguém. Por isso, será feito o melhor. Sempre se procurou fazer e também os senhores vogais e representantes dos partidos presentes no ato eleitoral terão certamente tomarão as melhores decisões e as melhores opções para também permitir e garantir que tudo corra com toda a normalidade. É necessário contar uns com os outros neste momento e está certa de que se fará tudo para que tudo corra com toda a normalidade e tranquilidade, sem qualquer sobressalto.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) intervém relativamente à situação da vacinação para as pessoas que vão para as mesas de votos. E, sem querer sequer beliscar a dedicação com que os trabalhadores exercem as funções dentro da Junta porque esse pedido, aos partidos, chegou ontem. Telefonaram-lhe às 19 horas, já passava da hora, ou seja, ainda havia um funcionário da junta fora de horas a fazer trabalho, porque possivelmente a Câmara de Sintra mandou para as outras freguesias que já trataram de tudo antecipadamente e para a Junta de Freguesia de Queluz e Belas, que fica cá na ponta se calhar veio a pé e como é mais longe demorou mais tempo para chegar, ou o edital (não sabe se foi edital, se foi por mails), mas só ontem às 19 horas é que chegou o pedido dos nomes das pessoas que necessitavam da terceira dose de vacinação e teria de se responder até hoje às 9h30 da manhã. Isto é surreal e volta a referir que não está a pôr em causa, nunca, os funcionários da Junta que fazem o seu melhor e que dão tudo por tudo, repetindo, já estava fora do horário de trabalho uma funcionária ainda a tratar destes assuntos, mas há aqui alguma coisa que falha, ou a União de Freguesia de Queluz e Belas ou a Câmara Municipal de Sintra. Como é que pedem os dados às 7 da noite para que os partidos se organizem e contactem as pessoas todas para no outro dia às 9h30 da manhã a Junta poder enviar para a Câmara de Sintra esses mesmos dados. Considera que há uma grande desorganização, se na Câmara, se na Junta. Já da outra vez houve umas quantas

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

desorganizações sempre a nível de funcionamento das eleições. É isso que não se entende, porque é que há freguesias que já trataram, a Freguesia de Belas só ontem tomou conhecimento, só ontem é que pediu aos partidos políticos que enviasse os nomes.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Vogal Paulo Mourão.-----

O Vogal Paulo Mourão (BE) menciona que, na realidade o Bairro João da Nora só tem uma entrada e não duas entradas e essa entrada é feita pela Travessa Forno da Cal a partir da Avenida Infante Dom Henrique. Não há mais nenhuma entrada nem há mais nenhuma saída. Este não é um assunto de duas uniões, todo este bairro, todos esses acessos, tanto a Avenida Infante Dom Henrique, no que diz respeito a esses dois acessos, o que está livre, da Travessa Forno da Cal e o que não está livre, a partir da Rua Primeiro de Maio, que é o está interrompido com pedras, todos estes acessos estão dentro da área geográfica da freguesia de Belas. Portanto, não há aqui razão nenhuma para falarmos que tem que ser resolvida em termos de duas uniões. O Vogal Paulo Mourão disponibiliza-se para ir ao local com a senhora Presidente da Junta tirar este imbróglio. Outro aspeto relativo à questão do trajeto das carreiras por cima do Jardim da Samaritana. Na realidade, reconhece que há ali um problema de mau estacionamento, estacionamento em curvas, estacionamento em zonas onde devia estar umas placas a proibir. Desconhecendo qual é a solução técnica, porque devem ser os técnicos da Câmara, especialistas no trânsito, para resolver. É preciso que eles vão lá e que comecem a fazer o projeto. Aquilo que interessa saber, como membro da Assembleia, é se já começou a ser feito algum projeto, quando é que começou a ser feito, quais foram as diligências, em que datas e que tipo de diligências é que o executivo da Junta fez para que este problema pudesse ser resolvido. É sabido que tem que ser feito o projeto, sabe-se que é com os técnicos de trânsito que são especialistas, mas tem que se saber se já começou a ser feito, se a junta já insistiu, essas informações é que seriam importantes. Não é necessária uma resposta hoje, mas garante que a bancada do Bloco de Esquerda vai batalhar nestes pontos e noutros que aparecerem, em todas as assembleias, como aliás é competência e obrigação de membros da assembleia e é hábito também do Bloco de Esquerda.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia informa que, segundo a informação que está a ler, o Vogal Luís Garcez faz saber que não recebeu qualquer informação sobre a vacinação, mas que esta informação está disponível no site.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia dá a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas.-----

A Presidente da Junta de Freguesia de Queluz e Belas esclarece o Vogal Filipe Borregana que a Junta recebeu ontem o pedido da Câmara e, portanto, tratou de encetar os procedimentos junto dos representantes dos partidos. Podia ter sido a Câmara fazê-lo diretamente, mas não o quis fazer e mandou para a Junta. Também a Câmara recebeu na véspera, à noite, esse pedido. Portanto, não privilegiou uma freguesia em detrimento de outras. A Câmara mandou para as juntas de freguesia assim que recebeu e, portanto, e os serviços da junta fizeram aquilo que tinham que fazer que era mandar para os representantes dos partidos para indicar. Aliás, houve partidos que o fizeram. Se não fez logo às 9 da manhã, podia ter feito até às 11:00. Certamente que não haveria nenhum problema, dado o timing que a Junta recebeu e enviou. Refere ainda que lhe custa ouvir a palavra desorganização, no âmbito do processo eleitoral, porque está muito envolvida nisto diretamente e vê o esforço que os funcionários estão a fazer e acha que não é a palavra certa para se utilizar

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

neste momento, porque desorganização, se calhar, é o facto de ter os serviços parados há uma semana para receberem os dados dos senhores representantes que estiveram na reunião na qual assinaram uma ata no dia 3, que dizia que no dia 4 mandavam os dados e só ontem é que os dados foram recebidos. Também temos que ter aqui algum cuidado na forma como se dizemos e chamamos a atenção para as coisas, porque a Junta de Freguesia não quer fazer alarido destas situações, quando de facto, e é o que vai acontecer desta vez, haverá pessoas que estão indicadas pelos partidos para as mesas agora, mas que se calhar no dia das eleições ou dois dias ou três dias antes, vão dizer que não querem ir para as mesas por uma razão ou por outra, e a junta de freguesia, ou fala com os restantes partidos para arranjam pessoas ou vai ter que andar ela própria a tentar encontrar pessoas para comporem as mesas. Se isso é desorganização, é uma expressão muito forte para dizer que nós todos estamos a fazer para que não haja falhas no processo eleitoral. Pede ao Vogal Filipe Borregana para que a palavra desorganização seja retirada desse contexto, porque, de facto, há um esforço acrescido dos funcionários da junta que têm de fazer o seu trabalho, mas estão a fazê-lo. Até estiveram aqui no domingo a trabalhar até às 11h30 da noite, a receber dados e, portanto, vão ter que ser compensados de alguma forma. Claro que não é isso que está em causa, mas o que está em causa é o trabalho acrescido de funcionários que estão a trabalhar o fim de semana à espera de receber os dados dos elementos das mesas. Certamente, que quem não mandou a tempo por alguma razão foi, mas a verdade é que eles estão a chegar aos poucos. Ora se estão a chegar aos poucos, a junta de freguesia não consegue mandar os dados para a Câmara se eles não chegam a tempo e horas. E estão funcionários a trabalhar toda a semana e fim de semana, para mandar o máximo de informação concreta e completa para a Câmara Municipal de Sintra. Lamenta, se está a falar de forma exagerada, mas a verdade é que o executivo sente a dificuldade destas pessoas que estão aqui a fazer um trabalho para que nada falhe e vai falhar certamente, mas vai falhar não só por causa da Junta, vai falhar também porque as pessoas indicadas pelos partidos ou mesmo que venham pela bolsa, vai chegar a uma altura, como aconteceu e tem acontecido sempre, vão dizer que não podem ir ou que estão infetados ou porque estão doentes ou por outra razão qualquer. Nas últimas eleições estiveram lá a arranjar pessoas para as mesas até às 11h30 da noite, quando na véspera também passaram o dia inteiro a montar escolas e a preparar os atos eleitorais. Ninguém sabe isto e é bom que se diga porque não é só dizer que há aqui um trabalho de secretária. Há um trabalho extenso que a população tem que saber e cabe-nos a todos, não só à Junta, mas sobretudo também aos representantes dos partidos políticos, que também façam todo o esforço para que tudo corra em condições. Portanto, há falhas certamente que há, há falhas da Junta. Mas, só não falha quem não faz nada. Todos somos seres humanos e todos temos um determinado limite e aqui o que sucede é que este limite vai chegar até ao dia 30 e vai estar a ser posto em causa. E todos sabem perfeitamente isso. O que está em causa é que não há desorganização, mas sim há situações que surgem e que a Junta tem a obrigação de resolver. Recebemos um email no dia 11, o qual foi enviado para os representantes dos partidos. Também se pediu que indicassem os nomes até ao dia 4 e só chegaram alguns na segunda-feira. Então todos somos flexíveis. Não é só o lado da junta também temos que ver o outro lado, portanto há situações em que houve dados de alguns partidos que só chegaram ontem. Não há necessidade de denunciar que foi o partido A ou o partido B. A verdade é que objetivamente é isto que está a acontecer e vai acontecer no próprio dia, tal como aconteceu no último ato eleitoral. Às 8 da manhã, quando abriram as mesas, a Junta foi incomodar alguns dos que estão aí, porque havia pessoas que não compareciam e não disseram nada.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Atendendo a que ainda havia dois vogais inscritos, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia questionou os presentes se deveriam prolongar a extensão do horário da reunião de forma que os mesmos se pudessem pronunciar. Não havendo objeções, dá a palavra ao Vogal Filipe Borregana.-----

O Vogal Filipe Borregana (CDU) refere que a sua primeira intervenção sobre este assunto foi para não pôr em causa nem beliscar o afinco e a dedicação com que os trabalhadores da Junta de Freguesia fazem neste processo, mas considera que estão todas as outras freguesias mal porque trataram antecipadamente das coisas e a Junta de Freguesia de Queluz e Belas é que está bem e está a falar sobre esta questão da vacinação, não está a falar de mais nada, é que a Junta de Freguesia de Queluz e Belas está bem porque só tratou ontem. Por isso é que considera que há uma desorganização, porque é que há Juntas da mesma Câmara, umas já têm as coisas tratadas e outras que só trataram ontem. Continua a considerar que há uma falta de organização, sem perceber se é da Junta ou é da Câmara, ou se as outras se precaveram e a Junta de Queluz e Belas não o fez.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia dá a palavra ao Vogal Pedro Rola.-----

O Vogal Pedro Rola (IL) gostaria de fazer um elogio à Junta de Freguesia na pessoa da senhora Presidente porque, de facto, temos que reconhecer e daquilo que é a sua perceção o processo eleitoral e nomeadamente o das últimas autárquicas foi extraordinariamente conduzido, não só a dedicação e o empenho dos trabalhadores da Junta, como o próprio processo em si. Tendo sido delegado e andado pelas mesas todas da Junta de Freguesia, considera que a organização era exemplar que por esse facto tem que dar os parabéns. Por outro lado, compreende que não se esteja a acusar o A ou o B ou o C, mas também é preciso responsabilizar as pessoas porque dizer que os partidos não entregam a tempo, não corresponde à realidade porque a Iniciativa Liberal comprometeu-se e entregou no dia seguinte. Admite que os outros não o tenham feito.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia passa à leitura da ata em minuta e dá a palavra ao Vogal Paulo Borges.-

O Vogal Paulo Borges (1º Secretário) começa por referir que deveriam dar atenção aos pontos porque ponto deveria ter tido duração máxima de 10 minutos e considera importante que nas próximas assembleias esta questão dos tempos seja tida em consideração. Às vezes é dito que as atas não chegam, mas, também por causa destas transcrições destes tempos, fora de tempo, cobram tempo à funcionária que tem de fazer essas mesmas transcrições. É necessário que todos sejam proativos na organização, para evitar burocracias.-----
De seguida, passa à leitura da ata em minuta e, após a sua leitura, o Presidente da Mesa da Assembleia, coloca a mesma a votação.-----

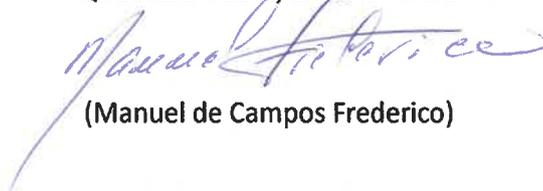
A ata em minuta foi aprovada por unanimidade.-----

Assim, e não havendo mais assuntos a tratar deu-se por encerrada a reunião, cuja ata foi redigida por mim, Paulo Miguel Antunes Borges, e que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, que a presidiu e pelos secretários.-----

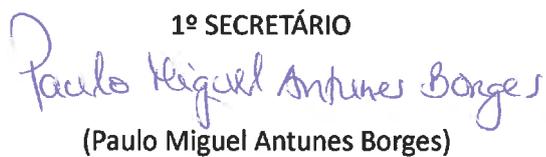


Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

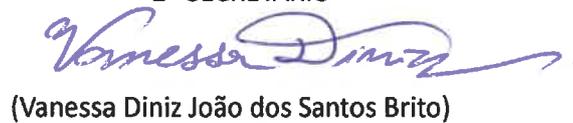
**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
QUELUZ E BELAS, EM EXERCÍCIO**


(Manuel de Campos Frederico)

1º SECRETÁRIO


(Paulo Miguel Antunes Borges)

2º SECRETÁRIO


(Vanessa Diniz João dos Santos Brito)



Reunião AF 12/01/2022

Ponto 1 - Declaração de voto

A IL – Iniciativa Liberal após uma análise cuidada do Ponto 1 da ordem de trabalhos desta reunião da Assembleia de Freguesia, apresentado pelo executivo da JF, e no seguimento das respostas obtidas às perguntas específicas por nós formuladas concluiu que:

- Foi nos apresentado uma Proposta de externalização de serviços por um período de 36 meses e que representa cerca de 40% da despesa anual estimada no atual orçamento e nos orçamentos dos exercícios futuros.
- A pouca antecedência da convocatória bem como a parca (quase inexistente) documentação de suporte disponibilizada não permita a análise técnica competente da situação em causa.
- Pese embora o que referimos nos dois pontos anteriores, e por uma questão de princípio (concordância com os pressupostos da decisão) a IL – Iniciativa Liberal decidiu **votar favoravelmente esta Proposta, com as seguintes recomendações ao executivo da JF:**
 1. Acompanhar e escrutinar todas as faces do processo concursal com reporte das informações recolhidas a esta AF;
 2. Acompanhar da boa execução do contrato, com a criação de uma estrutura interna dedicada para o efeito com especial ênfase no cumprimento das metas contratualmente estabelecidas;
 3. Redimensionar e reorganizar internamente o número de funcionários adstritos a este serviço, assumindo desde já e pelo período de vigência deste contrato o não preenchimento das vagas em aberto (4 de acordo com o quadro de pessoal aprovado na última AF);
 4. Adequar o quadro de pessoal para o exercício de 2023 e seguintes, reduzindo o número de funcionários adstritos a estes serviços agora externalizados.
- **Recomendamos desde já a esta AF a criação de uma comissão de acompanhamento do processo concursal, bem como do posterior acompanhamento do cumprimento contratual, proposta que uma vez admitida, gostaríamos que fosse votada de imediato.**

Queluz, 12 de janeiro de 2022

**O Vogal eleito pela IL
Pedro Rola**



DECLARAÇÃO DE VOTO

PONTO 1 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2022, 2023, 2024 E 2025 PARA:

“EMPREITADA PARA REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS” E

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS AJARDINADOS”.

Tendo em consideração que:

- 1. Apesar de independentes, ambos os procedimentos foram integrados numa proposta única e votados conjuntamente;**
- 2. A Junta de Freguesia da União das Freguesias de Queluz e Belas enviou informação de suporte referente a este ponto no próprio dia em que decorreu a assembleia;**
- 3. Não foram fornecidos os pressupostos essenciais e dados técnicos necessários para a avaliação dos compromissos.**
- 4. Não foram previstos nem assegurados os meios de fiscalização necessários dada a dimensão do investimento.**

Os eleitos do Partido Social Democrata presentes na Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas que decorreu no dia 12 de Janeiro de 2022 abstiveram-se na votação do Ponto 1 da Ordem de Trabalhos.

12 DE JANEIRO DE 2022

OS ELEITOS DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA



DECLARAÇÃO DE VOTO

A apresentação da proposta, para que a Assembleia de Freguesia aprecie e vote a autorização prévia para a assunção destes compromissos plurianuais, merece-nos os seguintes comentários:

1º - Tal como dissemos na sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia, realizada em 9 de novembro, a apresentação desta proposta, vem confirmar que ninguém passou um "cheque em branco" ao Executivo da Junta, porque cabe sempre aos membros desta Assembleia de Freguesia, apreciar e autorizar, ou não, os investimentos plurianuais que consideramos que devem ser feitos na nossa Freguesia;

2º - Verifica-se também que os valores propostos, para os preços base dos concursos, são superiores aos valores dos últimos concursos realizados em 2018, o que reflecte, não só, o aumento dos custos associados à realização destes trabalhos, mas também a intenção de melhorar os serviços prestados.

E aqui não podemos deixar de realçar, a importância das propostas que, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, a Coligação "Vamos Curar Sintra", neste caso, apresentadas pelo CDS-PP, propuseram e foram aceites pelo Executivo da Junta, para o aumento dos valores destinados às Empreitadas de conservação e recuperação de espaços públicos e outras conservações e manutenções de vias e calçadas da freguesia, que estavam inicialmente previstos para o Orçamento de 2022.

Todos poderiam tê-lo feito, mas fomos nós, Coligação "Vamos Curar Sintra", os únicos a fazê-lo!

3º - Nas eleições autárquicas, nós assumimos um compromisso com a população da nossa Freguesia, de implementar as nossas ideias e o nosso programa eleitoral. Um desses compromissos é precisamente o de melhorar a qualidade do espaço público, nomeadamente das calçadas dos passeios, dos arruamentos e dos espaços verdes e ajardinados.



Na Coligação "Vamos Curar Sintra" e, mais precisamente no CDS-PP, nós não nos ficamos pelas meras palavras, por isso, tomámos a iniciativa de atempadamente promover o aumento das verbas disponíveis para essas actividades, assim como, também garantimos, que estaremos atentos à execução quer do Orçamento quer da realização das acções necessárias para melhorar o espaço público da nossa Freguesia.

A apresentação desta proposta, para que a Assembleia de Freguesia aprecie e vote a autorização prévia para a assunção destes compromissos plurianuais, é mais um passo para que seja possível a materialização de um compromisso eleitoral, que nós, Coligação "Vamos Curar Sintra", assumimos com a população da nossa Freguesia nas últimas eleições autárquicas.

Por esse motivo, a Bancada do CDS-PP vota favoravelmente esta Proposta.

12 de janeiro de 2022